





## O Parque do Povo de Presidente Prudente em São Paulo como um instrumento pedagógico para o ensino dos conteúdos hidrogeomorfológicos

### The People's Park of Presidente Prudente in São Paulo as a pedagogical instrument for teaching hydrogeomorphological content

1. Cícero Antonio Jatanael da Silva Tavares  <https://orcid.org/0000-0002-2219-7727>

1. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

2. Nayara Rodrigues da Silva  <https://orcid.org/0000-0001-5713-4171>

2. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

**Autor de correspondência:** [jatanael.s@gmail.com](mailto:jatanael.s@gmail.com)

#### RESUMO

A mediação de conteúdos partindo da realidade do aluno é essencial no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, por uma diversidade de razões, pode ser desafiante ao professor a realização de aulas sob essa perspectiva. Assim, faz-se necessário ser repensado alternativas. Nesse sentido, este trabalho apresenta uma proposta metodológica a respeito do ensino dos componentes físico-naturais da Geografia, mais especificamente dos conteúdos ligados a hidrogeomorfologia. Como meio demonstrativo, utilizou-se o Parque do Povo, em Presidente Prudente/SP. Para a construção desta proposta, enfatiza-se de antemão que se fez importante a leitura em obras como Marcos (2006), Serpa (2006), Rodrigues (2010), Castellar (2017) e Araújo (2021). Posteriormente, realizou-se uma visita a esse espaço público em questão, no intuito de analisar as áreas passíveis de mediação do referido conteúdo. Diante disso, concluiu-se que o Parque do Povo é uma excelente oportunidade para professores de Presidente Prudente mediarem os conteúdos ligados a hidrogeomorfologia. Além disso, de certo modo, este texto é também um convite para que professores de outras regiões observem os espaços públicos de suas cidades como possibilidade de mediação em suas aulas.

**Palavras-chave:** proposta metodológica; espaço público; hidrogeomorfologia; ensino de Geografia; Parque do Povo.

#### ABSTRACT

Mediating content based on the student's reality is essential in the teaching and learning process. However, for a variety of reasons, it can be challenging for teachers to teach classes from this perspective. Therefore, it is necessary to rethink alternatives. In this sense, this work presents a methodological proposal regarding the teaching of the physical-natural components of Geography, more specifically the contents related to hydrogeomorphology. As a demonstrative means, People's Park in Presidente Prudente/SP, was used. To construct this proposal, it is emphasized in advance that it was important to read works such as Marcos (2006), Serpa (2006), Rodrigues (2010), Castellar (2017) and Araújo

---

(2021). Subsequently, a visit to this public space in question was made, in order to analyze the areas capable of mediating the aforementioned content. Given this, it was concluded that Parque do Povo is an excellent opportunity for teachers in Presidente Prudente to mediate the contents related to hydrogeomorphology. Furthermore, in a certain way, this text is also an invitation for teachers from other regions to observe the public spaces in their cities as a possibility of mediation in their classes.

**Keywords:** methodological proposal; public space; hydrogeomorphology; teaching of Geography; People's Park.

---

## Introdução

Este presente trabalho apresenta o Parque do Povo de Presidente Prudente/SP como um instrumento pedagógico para a mediação dos conteúdos hidrogeomorfológicos, que são presentes na disciplina de Geografia. Dessa forma, trata-se de uma proposta metodológica que visa se apoiar em um espaço público para ser ensinado Geografia para alunos da educação básica.

A origem desta proposta metodológica e da percepção do Parque do Povo como ambiente pedagógico se dá por três razões: a) por apresentar aspectos possíveis de serem trabalhados na disciplina de Geografia; b) por ser um espaço acessível para trabalho de campo com os alunos; c) por ser compreendido a importância em mediar os conteúdos da disciplina de modo a sempre interligá-lo a situações do cotidiano dos discentes, o que torna a aula mais atrativa e contribui para que os alunos percebam a importância do conhecimento geográfico em seu espaço vivido.

Destaca-se que a ideia principal deste trabalho não é a de realizar uma análise minuciosa da questão hidrogeomorfológica ou de expor a ausência/presença de investimento do Poder Público no local, ou ainda de aprovar/negar a ideia de criação do Parque do Povo em uma área de fundo de vale. Neste texto, o enfoque é apresentar a possibilidade de professores se utilizarem dos elementos geográficos desse espaço público para mediar conteúdos ligados a hidrogeomorfologia.

Para a construção desta proposta metodológica, foram realizadas inicialmente leituras que contribuíssem com o seu embasamento, como em Marcos (2006), Serpa (2006), Rodrigues (2010), Castellar (2017) e Araújo (2021), por refletirem sobre o ensino de Geografia, trabalho de campo e hidrogeomorfologia.

---

Sob esse devido respaldo teórico, visualizou-se o Parque do Povo como um espaço público com potencialidades de utilização no ensino de Geografia. Em razão disso, foi realizada uma análise minuciosa nesse local, visando ratificar a possibilidade. Somado a isso, foi realizado alguns registros fotográficos.

Conclui-se que, no caso do Parque do Povo, trata-se, de fato, de um espaço público possível de mediação de alguns conteúdos dessa disciplina, em particular dos temas ligados a hidrogeomorfologia, como a importância da preservação da vegetação e córregos, a amostragem sobre o que são processos erosivos e o olhar crítico a respeito da urbanização sobre a natureza.

Enfatiza-se que esta é uma proposta metodológica que está direcionada a professores de Geografia que lecionam em escolas de Presidente Prudente e região, por ser espacialmente viável de realizar a proposta metodológica tal como está desenvolvida neste texto. Contudo, sob uma perspectiva maior, este trabalho se concebe ainda como um convite para que professores de outras cidades – àqueles que, devido à distância, evidentemente não consigam utilizar o Parque do Povo para trabalho de campo – observem os espaços públicos de suas cidades como propícios para a mediação de conteúdos da Geografia.

Desse modo, evidencia-se a relevância deste trabalho no sentido de apresentar uma possibilidade de mediar os conteúdos escolares de maneira atrativa, lúdica e acessível em termos financeiros. Cabendo, porém, uma atenção dos professores quanto a sua capacidade de assimilar as questões presentes em seu espaço vivido como possíveis de serem vinculados aos conteúdos da geografia escolar.

### **Aspectos teóricos da educação ambiental, do trabalho de campo e do ensino de geografia**

As cidades contemporâneas têm se expandido expressivamente no sentido de uma urbanização desenfreada e sem um devido planejamento ambiental e urbano que supra os impactos de tal avanço. Diante disso, uma série de problemas ambientais urbanos estão sendo evidenciados de modo cada vez mais frequente ao longo das últimas décadas. A título de exemplo, pode-se visualizar os casos relacionados à questão

---

hidrológica, onde muitas das vezes esse tal problema – como inundação, alagamento e enchentes – é oriundo da redução da infiltração da água pluvial no solo devido ao aumento de áreas impermeabilizadas (Santos *et. al.*, 2013).

Além disso, ao dado passo que o processo de urbanização avança nas cidades, tem sido observado um recuo da natureza nessas áreas. Recuo esse que, por sua vez, expressa-se por meio da degradação ambiental no espaço urbano, além da perda da diversidade biológica (Streglio; Ferreira; Oliveira, 2013).

Esses processos se explicam, também, a partir dos constantes ataques às leis ambientais por agentes hegemônicos, como os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, que se apropriam e transformam grandes áreas visando o lucro e sem considerar os impactos ambientais que tal ação possa causar no local. Assim, o planejamento urbano e ambiental de uma cidade, de maneira sustentável, acaba não ocorrendo da forma ambientalmente esperada.

Sob esse contexto, uma série de situações de reconhecimento nacional e sob diferentes causas podem ser apontadas como exemplo. Um desses, é o caso do deslizamento de massa em Petrópolis/RJ, em 2022. Isso porque, na ocasião, pela falta de uma política de habitação social eficiente, pessoas em vulnerabilidade socioeconômica foram direcionadas a residir no Morro da Oficina, local onde ocorreu o deslizamento de massa e resultou no óbito de 236 pessoas, além de incontáveis percas materiais (Blaudt; Alvarenga; Garin, 2023).

Nesse sentido, faz-se importante e urgente que a população, em resposta ao descaso do poder público e dos agentes hegemônicos, compreenda os impactos ambientais que estão acontecendo e àqueles que podem surgir futuramente. Assim, uma série de meios devem ser criados no sentido de educar ambientalmente a população.

Dessa maneira, a educação ambiental nas escolas surge como uma excelente alternativa, uma vez que visa oportunizar nos espaços escolares a aprendizagem dos conteúdos vinculados às questões ambientais, no intuito de promover o crescimento de cidadãos conscientes dos problemas e eventuais soluções para o lugar onde vivem.

Em complemento, destaca-se ainda que:

---

A educação ambiental é compreendida como uma estratégia de reflexão para a sociedade ou grupo pelo qual é desenvolvida no intuito de novamente estabelecer valores e criar uma nova identidade ao indivíduo, considerando que este só poderá ser formado de modo a demonstrar o amadurecimento ambiental com base em um projeto que o insira como formador de opinião e não apenas como cumpridor de ordens ou regras. Sobretudo, lhe permita fazer parte do problema, o que lhe dá possibilidade de se enxergar como uma das chaves para a solução (Rosa *et. al.*, 2015, p. 212).

Dessa forma, enfatiza-se que, quanto a essa reflexão a respeito da questão ambiental, um termo em específico tem ganhado cada vez mais espaços nos últimos anos: Educação para a Redução de Riscos e Desastres (ERRD), que conforme aponta Petal (2009 *apud* Mendonça & Freitas, 2021, p. 301) objetiva: “possibilitar o entendimento das condições naturais e das ações e inações humanas que levam ao desastre, estimular as mudanças no comportamento individual e comunitário e motivar a defesa e o aumento das expectativas das políticas sociais de RRD.”.

Assim, a educação ambiental, ao contribuir também com uma formação cidadã, concebe-se como um processo que estimula a participação da população em processos referentes a redução de riscos e desastres (Rosa *et. al.*, 2015).

Diante da sua importância, tais conteúdos necessitam ser trabalhados de forma interdisciplinar. No entanto, sabe-se que alguns componentes curriculares podem trabalhar esse tema de modo mais enfático. É o caso da Geografia, em que os temas ligados a questão ambiental têm se tornado uma postura constante nas aulas dessa disciplina (Araújo, 2021).

Contudo, é importante salientar que, por vezes, é desafiante trabalhar com tais conteúdos de modo a tornar a aula mais atrativa sob a perspectiva dos alunos. Dessa forma, embora o uso de metodologias de ensino que coloquem o aluno como figura central de uma aula tenha sido uma excelente forma de tornar essa aula mais estimulante, admite-se que muitos professores podem encontrar diversas barreiras para colocar em prática essas metodologias, como a falta de recursos financeiros para a compra dos materiais didáticos necessários.

Apesar das adversidades, o professor pode tentar alternativas viáveis. Neste texto, coloca-se como possibilidade metodológica o uso dos espaços públicos da própria

---

cidade, sobretudo de áreas do entorno da escola, para a realização de um trabalho de campo. Trata-se de algo simples e nada revolucionário. Afinal, o trabalho de campo é uma ferramenta amplamente reconhecida entre professores de Geografia.

No entanto, é pertinente ser realizada a seguinte reflexão: será que os professores de Geografia costumam, de fato, aderir a esses trabalhos de campo ao longo do ano letivo da escola? E se aderem, será que estão colocando em prática da maneira adequada?

Relembrando nossos tempos enquanto estudantes do ensino básico, é pertinente refletir ainda a respeito das seguintes perguntas: “na minha época de estudante do ensino básico, quantas vezes o professor de Geografia fez trabalho de campo com a minha turma na mesma cidade onde se situava a minha escola?” e “que conteúdos geográficos estavam contidos na minha cidade e esse meu professor poderia ter utilizado como objetos de mediação de tais conteúdos da Geografia?”.

Muito possivelmente as respostas para as questões acima serão de que não foi realizado nenhum trabalho de campo na própria cidade, e se foi feito algo não foi tão rotineiro e adequado como poderia ser. Quanto aos conteúdos geográficos, certamente lembrarão de alguns espaços que eram passíveis de trabalho de campo em suas cidades.

Por isso, sem querer generalizar, acredita-se que a ausência de trabalhos de campo no ensino básico – além das dificuldades já conhecidas, como a necessidade de autorização dos responsáveis pelos alunos e da direção escolar – ocorre por falta de assimilação do professor quanto ao espaço vivido como possibilidade pedagógica, uma vez que isso exige a necessidade de um olhar ampliado sobre a própria realidade. Assim, Serpa (2006, p. 9) revela que a realização dessa atividade: “requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade”.

Em muitos casos, o entendimento de espaços passíveis de trabalho de campo pode estar associado restritamente a áreas previamente já reconhecidas para tal prática, como é o caso, por exemplo, de pontos turísticos e históricos. Com isso, compreender um processo erosivo ou um problema ambiental ao lado da própria escola

---

como possibilidade pedagógica pode acabar passando por despercebido. Assim, reitera-se que em todo e qualquer espaço público é possível de ser apresentada inúmeras possibilidades para o ensino de Geografia.

Porém, apesar da relevância do trabalho de campo, é preciso ponderar o desafio à qual é colocado ao professor para que este possa aderir a essa ferramenta didática. Isso porque o planejamento dessa atividade exige responsabilidades que podem afetar às condições do professor em colocá-la em prática. Além disso, o seu planejamento exige um certo cuidado para não transformar o trabalho de campo em uma “excursão recreativa” a respeito do território, e sim em uma atividade que possa ser um momento a mais no processo de ensino e aprendizagem e na produção do conhecimento dos alunos (Marcos, 2006).

De todo modo, vê-se a relevância em utilizar os espaços públicos da própria cidade como instrumento pedagógico, uma vez que é ainda uma possibilidade de elucidar a relevância dos conhecimentos geográficos para a formação dos alunos enquanto cidadãos, ao assimilar o conteúdo teórico aprendido em sala de aula à prática do trabalho de campo e os fazerem perceber a importância dos conhecimentos geográficos no seu cotidiano. Com isso, concorda-se com Castellar (2017, p. 102), quando esta, ao defender a importância da inserção da cidade no currículo escolar, aponta que assim: “(...) desconstruímos o senso comum, o imaginário de parte da população que considera a Geografia uma disciplina memorística e sem importância”.

Ao fazer uso do trabalho de campo em espaços públicos, outra questão a ser ponderada é o fato da aula se tornar mais dinâmica, pois, devido aos alunos terem conhecimentos e dúvidas preconcebidas a respeito do local onde irá ser realizada a mediação dos conteúdos, tendem a participar mais da aula. Para além disso, a saída dos muros da sala de aula representa uma “quebra na rotina”, que pode ser percebida como positiva no sentido de atrair a atenção dos alunos, uma vez que é entendida como uma atividade fora do habitual na comunidade escolar (Neves, 2010).

Diante desse supracitado exposto, observa-se a relevância de se aportar aos espaços públicos como instrumento pedagógico para a mediação dos conteúdos da

---

Geografia, tornando a aula mais atrativa e lúdica, na mesma medida em que estimula a aprendizagem significativa dos alunos.

### **Passo a passo da presente proposta metodológica**

Apresentadas as questões que norteiam a importância de trabalhar a questão ambiental e, em particular, o uso dos espaços públicos das cidades onde as escolas se localizam, avança-se nas discussões aqui realizadas. Nesta seção do texto, apresenta-se um passo a passo de como pode ser realizada essa atividade docente. Para tanto, utiliza-se Presidente Prudente, município localizado ao oeste do Estado de São Paulo, como exemplo para a realização de tais práticas pedagógicas.

Pontua-se que a exemplificação a partir desse recorte espacial não deve limitar o interesse de leitura deste texto somente aos professores que lecionam em escolas situadas na cidade de Presidente Prudente. Isso porque, como desdobramento deste artigo, espera-se que os professores de outras cidades passem a perceber os espaços públicos de suas cidades como propícios para mediação dos conteúdos da Geografia.

É importante frisar também que a observação desses espaços públicos como passíveis de se mediar os conteúdos geográficos, devem estar em consonância com a viabilidade financeira da escola, isto é, deve-se observar se a unidade escolar dispõe de recursos econômicos que permita ao professor chegar até ao local com os alunos para ser colocada em prática tal atividade pedagógica.

Quanto a isso, adianta-se que, no caso do Parque do Povo, trata-se de um local viável para a realização de trabalho de campo com os alunos, uma vez que é o principal espaço público de lazer da cidade, situado numa área que interliga toda a urbe de Presidente Prudente e que o torna acessível para se chegar.

Realizadas essas ressalvas, parte-se para uma breve apresentação do recorte analítico. Como antecipado, utiliza-se o Parque do Povo (Figura 1), situado integralmente no perímetro urbano de Presidente Prudente.



**Figura 1 – Parque do Povo**



Fonte: Tavares, 2024.

Fazendo uma breve apresentação da estrutura desse espaço, destaca-se que:

Localizado na porção sudeste da cidade de Presidente Prudente, o parque linear, possui aproximadamente 3 km de extensão. É constituído por áreas verdes e equipamentos como: pistas de caminhadas, pista de ciclismo, pistas para skates, patins e assemelhados, sanitários públicos, quiosques com prestação de serviços e comércio alimentício, equipamentos para ginástica, equipamentos de playground infantil, pontos para internet gratuita, bancos, lixeiras, pequeno palco para apresentações diversas, quadras poliesportivas cobertas e descobertas (...) (Otakara, 2019, p. 43).

Ressalta-se ainda que a construção desse parque foi envolvida por uma série de discussões a respeito de seus impactos futuros. Porém, admite-se que prevaleceu a ideia do Poder Público local em construir essa obra. Assim:

Tal espaço público nasceu do processo de urbanização e canalização do trecho inicial do Córrego do Veado. A Prefeitura Municipal apresentou à população, em 1976, o lançamento do Projeto denominado 'Fundo de Vale', justificando a necessidade da realização de um processo de reurbanização do fundo de vale, o qual se apresentava como um entrave ao desenvolvimento da cidade (Bortolo, 2013, p. 57).

Nesse sentido, afirma-se que a idealização do Parque do Povo vai de encontro com uma forma alternativa de planejar as cidades. Isso porque: "muitas propostas de ordenamento das cidades passaram a incluir a criação dos chamados parques urbanos

---

com o intuito de melhorar a salubridade da cidade, além de proporcionar áreas de lazer à população citadina.” (Streglio; Ferreira; Oliveira, 2013, p. 182-183).

Ampliando a discussão, ressalta-se que embora o Parque do Povo seja um espaço de lazer – inclusive, muito frequentado pelos cidadãos –, apresenta algumas contradições possíveis de serem trabalhadas nas aulas da Geografia. Em especial, a partir dos conteúdos ligados aos componentes físico-naturais.

Considerando a dificuldade que muitas vezes os alunos possuem em compreender os conteúdos vinculados a essa temática nas aulas de Geografia, bem como pela viabilidade do professor em aderir a tal atividade empírica, o trabalho de campo em localidades próximas aos espaços de vivências dos alunos – como é o caso do Parque do Povo – torna-se uma possibilidade metodológica, sobretudo pelo fato de os alunos conhecerem previamente o ambiente de estudo (Fonseca e Caldeira, 2008).

No contexto dos componentes físico-naturais, enfatiza-se os conteúdos ligados a hidrogeomorfologia. Para fins de entendimento conceitual, a partir de Okunishi (1991, 1994), entende-se que a hidrogeomorfologia é: “(...) o estudo entre as interações dos processos hidrológicos e geomorfológicos, mais especificamente a interação entre os sistemas fluviais e de vertente.” (Goerl, Kobiyama, Santos, 2012, p. 105).

Em complemento, destaca-se ainda que são considerados como sistemas hidrogeomorfológicos os canais fluviais, planícies de inundação, vertentes, bacias hidrográficas e sistemas lacustres (Rodrigues, 2010).

Visualiza-se, então, na hidrogeomorfologia, a sua dimensão de conteúdos geográficos. Contudo, visando recortar aos componentes físico-naturais possíveis de observação no Parque do Povo, destaca-se somente os seguintes pontos: 1) a reflexão sobre a importância de preservar a vegetação e os córregos, como mecanismos para mitigarem a magnitude de inundação e de alagamentos e; 2) a construção de um olhar crítico dos alunos a respeito do avanço da urbanização sobre a natureza.

Visando contemplar essas discussões, ressalta-se que compete ao professor a busca por enfatizar as causas e as consequências dos problemas ambientais evidentes no Parque do Povo, que foi instalado na Bacia Hidrográfica Córrego do Veado.

---

A princípio, faz-se relevante expressar que esses impactos ocorrem justamente em razão da ocupação irregular do local, pois se dá sobre o córrego que foi canalizado e as ruas em seu entorno impermeabilizadas, resultando no aumento do escoamento superficial em dias de chuva e com isso desencadeando em alagamentos e inundações, tornando-se um grande problema ambiental e urbano corriqueiramente presente nessa localidade, conforme se pode observar na imagem abaixo (Figura 2) retirada de uma publicação no site G1 (2020).

**Figura 2:** Inundação no entorno do Parque do Povo



Fonte: TV Fronteira, 2020.

Outra questão a ser enfatizada diz respeito à morfologia do local. Isso devido ao espaço ser um fundo de vale, isto é, uma área que possui um relevo mais rebaixado que o seu entorno, formando no local o já mencionado Córrego do Veado.

Nesse córrego, devido à ação antrópica, que canalizou e, em consequência disso, promoveu perturbações nos canais fluviais e impermeabilização das vertentes (ruas), tem sido observado constantemente, nos momentos de precipitações, a geração de um aumento do escoamento superficial e a sua rápida concentração em suas planícies de inundação. Dessa maneira, percebe-se que essa área e nas adjacências se encontram frequentemente sob um iminente agravamento de alagamentos e inundações.

---

Com isso, cabe ao professor a busca por apresentar a importância das bacias hidrográficas e a preservação dos fundos de vale, como é o caso do próprio Parque do Povo que está situado em uma área nesse contexto (Figura 3).

**Figura 3:** Fundo de Vale no Parque do Povo



Fonte: Tavares, 2024.

Essa, inclusive, é uma discussão que pode se ampliar para outras escalas. Pois, em muitas outras cidades, é possível observar ocupações irregulares. É o caso, por exemplo, da inundação ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul neste ano de 2024, que virou notícia nacional. Na ocasião, notou-se que muitas cidades gaúchas foram criadas ou se expandiram urbanamente entorno de áreas consideradas ambientalmente impróprias. Em particular, em áreas de planície de inundação. Tais condições favoreceram o desastre ambiental que se evidenciou nesse referido período.

No caso do Parque do Povo, também se nota essa possibilidade de o professor mediar tais conteúdos geográficos. Sendo assim, trata-se de mais uma abordagem que pode ser aderida durante a aula e que contribuirá para os alunos refletirem sobre a urbanização numa perspectiva crítica, visto que a urbanização, por vezes, vem ocorrendo sem considerar as questões ambientais.

Outro ponto a ser observado são os trechos que apresentam alguns processos erosivos, como um que está se direcionando a Avenida 14 de Setembro, uma das



---

principais vias urbanas de Presidente Prudente (figura 4) e um outro ao lado da Avenida Coronel José Soares Marcondes, sendo esse segundo caso já sob um considerável processo de erosão linear, que é causado quando há um intenso fluxo de água e pode gerar ravinas e voçorocas (figura 5).

**Figura 4:** Erosão no Parque do Povo



Fonte: Tavares, 2024.

**Figura 5:** Formação de erosão linear no Parque do Povo



Fonte: Tavares, 2024.

---

Durante a atividade, torna-se importante ainda observar como se desdobra a valorização imobiliária no entorno desse espaço, fruto de interesse do mercado imobiliário devido estar situado nas redondezas das áreas em valorização nessa cidade (Figura 6).

**Figura 6:** Prédios no entorno do Parque do Povo



Fonte: Tavares, 2024.

Isso é tema de uma reflexão sobre os impactos a longo prazo: isto é, até que ponto esses prédios continuarão situados somente no entorno do Parque do Povo e não avançarão nessa área? Trata-se de apenas uma hipótese, mas, considerando todo o histórico de ataques a questão ambiental que já foram observados em outras cidades brasileiras, é uma informação a se atentar quanto a esse espaço.

Isso porque, como consequência do surgimento de eventuais novos loteamentos, os sistemas hidrogeomorfológicos dessa localidade poderão ser novamente modificados, gerando o aumento de áreas impermeabilizadas e o escoamento superficial que agravam a magnitude das inundações e alagamentos.

Nesse sentido, diante das observações supramencionadas, pode-se refletir sobre o Parque do Povo, numa perspectiva da educação ambiental e da ERRD, como um espaço público bem aproveitado em termos de função social, em razão de sua utilidade

---

para o lazer por meio de um espaço público, mas, que, em contrapartida, apresenta alguns impactos ambientais que são potencializados por conta da ação antrópica.

De todo modo, considerando a lógica da urbanização contemporânea, ressalta-se a relevância de possuir um espaço público de lazer. Trata-se de uma área que, devido à valorização fundiária e imobiliária nessa parte da cidade, certamente é de interesse de agentes sociais, como os proprietários fundiários e promotores imobiliários.

Pensa-se que, apesar dos problemas contemporaneamente presentes, a situação ambiental do Parque do Povo poderia ser ainda pior. Isso porque o pouco de vegetação que se mantém nesse espaço tem amenizado os impactos que provém de momentos de precipitações mais severas na cidade de Presidente Prudente.

Nesse sentido, diante dos pressupostos apresentados em trabalho de campo, os alunos podem ver os processos existentes na localidade, e ainda passam a compreender a respeito da importância de lutarem por espaços públicos bem cuidados, para que os riscos e desastres ambientais urbanos não se expandam para outras escalas da cidade.

Sob essa perspectiva, os alunos passam a desenvolver um olhar crítico a respeito da questão ambiental desse espaço da cidade e, mais do que isso, podem ampliar seus olhares para perceberem outros espaços urbanos com tendências de apresentação de riscos e desastres ambientais.

### **Considerações finais**

As reflexões a respeito dos desafios do mundo contemporâneo, como a urgente necessidade de uma compreensão a respeito da questão ambiental, desvendaram o contexto em que as cidades estão situadas. Diante disso, fica-se exposto as possibilidades de se mediar os conteúdos da Geografia, sobretudo àqueles voltados às temáticas hidrogeomorfológicas.

Neste texto, foi ilustrado o caso de Presidente Prudente, sendo esta proposta metodológica útil para professores de Geografia dessa cidade e da região, por ser espacialmente próximo. Para professores de outros municípios e estados, devido à distância espacial, essa atividade se torna inviável de ser realizada tal como está

---

projetada neste texto, isto é, utilizando o Parque do Povo como espaço público a ser analisado em trabalho de campo.

No entanto, como explicado, mais do que a mera apresentação da proposta metodológica, este manuscrito visa estimular a criatividade dos professores no sentido de planejar aulas mais atrativas aos alunos. Assim, pensa-se que, mediante a esta reflexão, esses professores possam visualizar os espaços públicos de suas cidades como propícios para ensinar conteúdos da Geografia, tais como os ligados a questão hidrogeomorfológica apresentada neste trabalho.

Trata-se de uma possibilidade metodológica viável em termos financeiros e que, acima de tudo, torna as aulas mais lúdicas, uma vez que os alunos passam a experienciar na prática aquilo que aprenderam na teoria.

Além disso, esse instrumento pedagógico eleva a possibilidade de os alunos perceberem a importância da Geografia em suas vidas, ao mesmo passo em que compreendem os desdobramentos da relação homem-natureza e traçam alternativas para os problemas e situações do cotidiano.

Por fim, enfatiza-se ainda que essa proposta metodológica é, ainda, uma possibilidade de se trabalhar com o espaço vivido dos alunos, tornando a aula mais instigante, por estar sendo abordado algo que os alunos conhecem, o que propicia a participação dos alunos durante a aula, por meio de perguntas e comentários sobre tal espaço, o que os direciona para uma aprendizagem significativa dos conteúdos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. Ensino de Geografia e Educação Ambiental: uma discussão teórica. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 52-60, 2021. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/684> Acesso em: 11/08/2024.

BLAUDT, Larissa Mozer; ALVARENGA, Thomas Wunsch; GARIN, Yuri. Desastre ocorrido em Petrópolis no verão de 2022: aspectos gerais e dados da Defesa Civil. **Geociências**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 59-71, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/17210/12759> Acesso em: 14/08/2024.



---

BORTOLO, Carlos Alexandre de. O espaço público do Parque do Povo - Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **GeoAtos**, Presidente Prudente, n. 13, v.1, janeiro a junho de 2013, p. 50-65. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2306/CAB> Acesso em: 11/08/2024.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. A cidade e a cultura urbana: um estudo metodológico para se ensinar Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 85, p. 95-112, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/774/658> Acesso em: 11/08/2024.

GOERL, Roberto Fabris; KOBAYAMA, Masato; SANTOS, Irani dos. Hidrogeomorfologia: princípios, conceitos, processos e aplicações. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.13, n.2, p.103-111, 2012. Disponível em:

<https://www.rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/166> Acesso em: 11/08/2024.

FONSECA, Gustavo; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. Uma reflexão sobre o ensino aprendizagem de ecologia em aulas práticas e a construção de sociedades sustentáveis. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 70-71, 2008. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/240/212> Acesso em: 11/08/2024.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006. Disponível em:

<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/view/731/614> . Acesso em: 11/08/2024.

MENDONÇA, Marcos Barreto de; FREITAS, Alessandra Conde. Uma experiência de concepção de jogos pedagógicos para redução de riscos de desastres. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.23, n.1, p. 299-314, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15896/13169> Acesso em: 11/08/2024.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre as práticas docentes na educação básica**. Ilhéus: Editus, 2010.

OTAKARA, Adriana Emi Büchler. **Drenagem urbana e meio ambiente**: um estudo no Parque do Povo – Presidente Prudente. 91 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2019.

RODRIGUES, Cleide. Avaliação do impacto da urbanização em sistemas hidrogeomorfológicos: desenvolvimento e aplicação de metodologia na grande São

---

Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 20, n. 1. p 111 - 125. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47245> Acesso em 23/08/2024.

ROSA, Teresa da Silva; MENDONÇA, Marcos Barreto; MONTEIRO, Túlio Gava; SOUZA, Ricardo Matos de; LUCENA, Rejane. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 211-230, 2015. Disponível em: [scielo.br/j/asoc/a/KQWGSxZPbn8qSfVb9r6NzsR/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/asoc/a/KQWGSxZPbn8qSfVb9r6NzsR/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 11/08/2024.

SANTOS, Pedro Tyaquiçã da Silva; SANTOS, Sylvana Melo dos; MONTENEGRO, Suzana Maria Gico Lima; COUTINHO, Arthur Paiva; MOURA, Glawbber Spíndola Saraiva de; ANTONINO, Antônio Celso Dantas. Telhado verde: desempenho do sistema construtivo na redução do escoamento superficial. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/QzMJHfkJ6wRgmCSpnQv65SF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11/08/2024.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725/608> Acesso em: 11/08/2024.

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa; FERREIRA, Diego Tarley; OLIVEIRA, Ivanilton José de. O processo de expansão urbana e seus reflexos na redução da cobertura vegetal no município de Goiânia-GO. **RA´E GA**, Curitiba, v. 28, p. 181-197, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/32306> Acesso em: 11/08/2024.

**TEMPORAL AFETA PARQUE DO POVO E PROVOCA PONTOS DE ALAGAMENTOS EM PRESIDENTE PRUDENTE**. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2020/12/04/temporal-afeta-parque-do-povo-e-provoca-pontos-de-alagamentos-em-presidente-prudente.ghtml> Acesso em: 15/08/2024.

Recebido: 24/08/2024 Publicado: 06/08/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito